

Bancos se preparam para absorver o golpe

Foto de Delfim Vieira

MARIZA LOUVEN

Os grandes bancos credores americanos devem ampliar as suas provisões para a cobertura de perdas resultantes do não recebimento de créditos, caso o Brasil deixe de pagar os US\$ 2,3 bilhões de juros da dívida externa que vencem em setembro. Hoje, estas instituições mantêm provisões equivalentes, em média, a 35% do total de créditos a receber, nível mais baixo que o dos pequenos bancos americanos e dos bancos ingleses, alemães e suíços.

— A discussão atual nos Estados Unidos é sobre se os bancos devem ampliar o nível das reservas pelo menos para o mesmo patamar da que foi estabelecida pelos bancos ingleses, de 45% a 50% em média — afirma o Sócio Diretor da Price Waterhouse, Henrique Luz. Os bancos ingleses elevaram o nível médio de suas reservas, no início deste mês, mas ainda assim não chegaram perto das provisões dos alemães e suíços, em média de 80%.

A constituição de provisões significa que os bancos reconhecerão como despesas, em seus balanços, um valor equivalente aos créditos que não mais esperam receber — o que se reflete no resultado do exercício e na distribuição de dividendos. Mas, após a absorção do impacto, seus patrimônios ficam fortalecidos, melhorando também suas posições negociadoras, explica Henrique Luz.

— Quanto mais alto o nível de reservas, mais os bancos po-

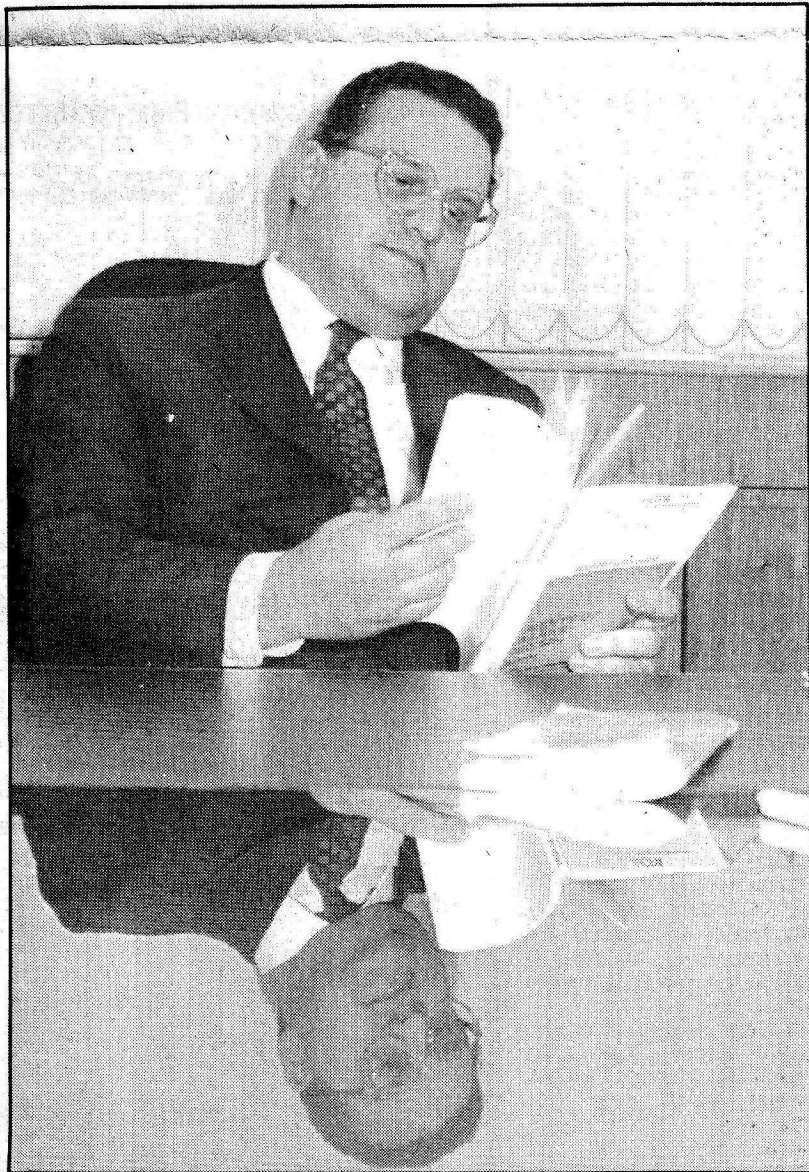
dem endurecer suas posições nas negociações, porque têm muito pouco a perder — observa um banqueiro que prefere não ser identificado. O economista Edmar Bacha, da PUC, também prevê que o não cumprimento dos compromissos previstos para setembro poderá “forçar os bancos americanos a antecipar a decisão de ampliar as reservas, mesmo sem obter benefícios fiscais”.

Os grandes bancos americanos vêm adiando a decisão, esperando obter o benefício da deduzir essas despesas do Imposto de Renda. A legislação dos países europeus é mais flexível nesse ponto.

— Esses bancos constituíram enormes reservas à custa dos contribuintes, já que fortalecem seus patrimônios sem pagar impostos. Esse benefício fiscal deveria ser repassado aos devedores, sob a forma de redução da dívida — diz Bacha.

Embora sua opinião seja de que o País deve pagar, Henrique Luz acredita que o Governo não honrará os compromissos de setembro, porque a prioridade é manter as reservas cambiais. O não pagamento não provocará reflexos imediatos sobre os balanços dos bancos, que há muito tempo não vêm contabilizando os juros a receber do Brasil como receita, acrescenta Henrique Luz.

O Presidente de um grande banco americano afirma, porém, que a hipótese de o Brasil não efetuar os pagamentos tem, hoje, menos força do que antes. Ele acredita que haverá negociação, mesmo que para o pagamento parcial dos juros.



Henrique Luz, da Price Waterhouse: credores deverão ampliar provisões